

# 120 Mais arrocho monetário

O arrocho dura pelo menos até setembro, diz o Memorando de Entendimentos entregue ao FMI. O governo prevê crescimento zero e inflação de 176,2%.

Pelo menos até setembro, o Brasil deverá viver sob forte aperto do crédito. Esta expectativa foi confirmada com a divulgação do Memorando Técnico de Entendimentos, após o documento ter sido liberado para a imprensa ontem em Washington pelo Fundo Monetário Internacional. Em Brasília, soube-se que o Banco Central prevê uma inflação de 176,2% para este ano, e crescimento zero para a economia. Isto significa uma queda de 2,5% na renda per capita; no ano passado, esta perda foi de 5,7%; em 1982, de 1,1% e em 1981, de 4,3%.

A previsão sobre o comportamento dos preços foi comunicada oficialmente aos credores externos pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore (foto). Na mensagem aos banqueiros, ele diz que "a manutenção do programa de ajustamento em 1984 permite prever a reversão da espiral inflacionária, como consequência da redução do déficit público, do processo de assentamento salarial, do controle monetário e da safra agrícola normal".

Fonte do Ministério da Fazenda explicou que, na projeção das contas nacionais de 1984, o Banco Central preferiu utilizar a taxa de 176,2% para a inflação do ano. Assim, o PIB a preços de mercado deverá atingir, este ano, Cr\$ 361,28 trilhões, equivalente a US\$ 344,4 bilhões, contra Cr\$ 130,8 trilhões e US\$ 330,5 bilhões, em 1983.

O Banco Central mantém a previsão de crescimento zero da economia em 1984, em razão da austeridade das políticas monetária e fiscal e das restrições inerentes ao ajuste do balanço de pagamentos. Mesmo assim, o Banco Central ressalta que, após a fase mais difícil do programa de ajuste, a economia voltará a crescer no segundo semestre.

No entanto, os números constantes do Memorando Técnico de Entendimentos estão em desacordo com esta afirmação. Eles indicam apenas uma severa restrição ao crédito, com o agravamento da recessão, que se prolongará assim pelo quarto ano



consecutivo, firmando-se como característica do governo de seis anos do general João Figueiredo (a encerrar-se a 15 de março do próximo ano).

A divulgação do memorando não deixou de surpreender, já que, na semana passada, o ministro da Fazenda interino, Maílson Nóbrega, deu a entender que isto não aconteceria, sob a alegação de que se tratava de "documento interno" do FMI.

A publicação do documento em Washington pegou as autoridades desprevenidas. Ontem, o Banco Central primeiro liberou o Memorando e todo o programa de ajuste em inglês. Só no começo da noite o Ministério da Fazenda apresentou a versão em português, depois de uma apressada tradução feita no Banco Central, corrigida à mão.

O ministro interino procurou minimizar o Memorando. "É uma mera explicitação numérica das metas globais indicadas na Carta de Intenções".

## O memorando

De janeiro a setembro, período do programa acertado com o FMI, o governo vai permitir uma expansão da base monetária (emissão primária de moeda) de apenas 24,35%, e de 21,9% dos meios de pagamentos (dinheiro em poder do público mais depósi-

tos à vista nos bancos). No último trimestre do ano, haverá uma relativa liquidez na economia, quando a base monetária deve crescer 20,6%, atingindo um saldo de Cr\$ 6,2 trilhões, e os meios de pagamentos aumentando 23%, com um saldo de Cr\$ 11,5 trilhões. Qualquer desvio nestes números levará o Brasil a solicitar novo perdão (waiver) ao FMI.

No segundo trimestre, a base monetária vai crescer apenas 11,3%, e os meios de pagamentos, 19%. No terceiro trimestre, o crescimento será de 9,6% e 9% respectivamente.

Neste primeiro trimestre, o governo fará um arrocho maior do que o acertado: em vez de queda de 3,8% dos meios de pagamentos, a queda será na verdade de 5,9%.

Maílson da Nóbrega considera compatível as metas da política monetária com o comportamento sazonal da economia, e garante que não haverá "aperto monetário adicional". Maílson lembrou que desde o ano passado, a oferta de crédito cresce menos que os preços, e que este arrocho levará o País a cumprir a meta de expansão monetária de 50%. O crédito das autoridades monetárias, por exemplo, será fornecido prioritariamente para agricultura e exportações.

Segundo o ministro interino, as metas dos ativos internos líquidos (diferença entre as obrigações com o setor privado e as reservas internacionais das autoridades monetárias CBB e BC) não significam redução adicional de liquidez. Pelo memorando, o governo se compromete a não permitir que os ativos passem de Cr\$ 5,3 trilhões em março e Cr\$ 2,6 trilhões em setembro, Maílson insiste em que não haverá aperto monetário adicional porque, na medida em que as reservas crescem, os ativos como um todo podem apresentar um saldo menor, isto é, seu saldo vai depender da posição das reservas internacionais.